



**Companhia Celg de Participações -**  
**CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93**  
**CAPITAL ABERTO**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**em IFRS**  
**Exercício Social findo em**  
**31 de dezembro de 2014**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	100	6	85.085	70.891
Consumidores	4	-	-	4.506	3.362
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(172)	(195)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	31.888	24.978
Devedores diversos	5	59.454	-	96.936	40.066
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	2.821	5.423
Outros créditos	6/9.2.b	-	20	146	20
Estoques	7	-	-	4.128	4.141
Despesas antecipadas	-	-	-	174	173
Total do ativo circulante		59.554	26	225.512	148.859
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	191.297	188.147
Transações com Partes Relacionadas	29	222.355	-	109.537	-
Devedores Diversos	5	-	-	-	25.122
Outros Créditos	6/9.2.b/18	-	-	118	77
Total do realizável a longo prazo		222.355	-	300.952	213.346
INVESTIMENTOS	9	348.080	315.328	104.752	59.775
IMOBILIZADO	10	11	14	32.917	32.633
INTANGÍVEL	11	-	-	756	720
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		570.446	315.342	439.377	306.474
TOTAL DO ATIVO		630.000	315.368	664.889	455.333

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sôter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14/9.2.f	1	20	346	1.465
Folha de Pagamento	19	-	-	1.939	1.666
Tributos e Contribuições Sociais	15/9.2.g	25	39	5.286	4.836
Obrigações Estimadas	16	-	-	1.846	1.642
Empréstimos e Financiamentos	13	-	181	3.324	3.504
Taxas Regulamentares	17/9.2.h	-	-	1.924	1.549
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	-	1.029.792	-	1.029.792
Transações com Partes Relacionadas	29	-	661	21	47.525
Outros Credores	19	1.720	1.720	8.846	1.947
Total do Passivo Circulante		1.746	1.032.413	23.532	1.093.926
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.421.946	1.384.111	1.421.946	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	13	1.931.860	-	1.942.723	13.830
Tributos e Contribuições Sociais	15/9.2.g	-	-	-	2.134
Provisões para Contingências	18	-	193	1.785	605
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	-	61.555
Outros Credores	19	1.720	3.440	2.175	3.961
Total do Passivo não Circulante		3.355.526	1.387.744	3.368.629	1.466.196
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(3.691.605)	(3.078.553)	(3.691.605)	(3.078.553)
Outros Resultados Abrangentes	20	(9.431)	-	(9.431)	-
Total do Patrimônio Líquido		(2.727.272)	(2.104.789)	(2.727.272)	(2.104.789)
TOTAL DO PASSIVO		630.000	315.368	664.889	455.333

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	52.083	55.149
CUSTO OPERACIONAL	22				
Pessoal e Administradores		-	-	(12.345)	(11.974)
Entidade de Previdência Privada		-	-	(284)	(280)
Materiais		-	-	(380)	(437)
Serviços de terceiros		-	-	(4.923)	(4.367)
Depreciação		-	-	(3.444)	(3.454)
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões		-	-	-	(1)
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa		-	-	23	(10)
Taxa de fiscalização		-	-	(162)	(231)
Energia comprada para revenda		-	-	(4.212)	-
Recuperação de Custos		-	-	91	35
Tributos		-	-	(111)	(21)
Custo da Construção		-	-	(13.404)	(23.894)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	(296)	(178)
Outros		-	-	(1.159)	(3.834)
		-	-	(40.606)	(48.646)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	11.477	6.503
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(1.718)	(1.304)	(17.511)	(12.889)
		(1.718)	(1.304)	(17.511)	(12.889)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.718)	(1.304)	(6.034)	(6.386)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	24.564	2.385	24.564	27.398
OUTRAS DESPESAS	22	(569.539)	-	(569.539)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(546.693)	1.081	(551.009)	21.012
RECEITAS FINANCEIRAS	26				
Rendas		1.625	14	13.642	10.144
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	3.802	6.754
Outras		-	-	42	9
		1.625	14	17.486	16.907
DESPESAS FINANCEIRAS	26				
Encargos de dívida		(31.895)	(23)	(40.526)	(11.283)
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	(3.659)	(4.654)
Outras		(33.562)	(1)	(34.064)	(2.150)
		(65.457)	(24)	(78.249)	(18.087)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(63.832)	(10)	(60.763)	(1.180)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(2.498)	13.422	1.345	4.014
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(613.023)	14.493	(610.427)	23.846
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(29)	(143)	(2.625)	(9.496)
Contribuição Social		(9)	(43)	(699)	(2.522)
Imposto de Renda		(20)	(100)	(1.926)	(6.974)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(613.052)	14.350	(613.052)	14.350
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(613.052)	14.350	(613.052)	14.350
RESULTADO POR AÇÃO	27				
Resultado por ação ordinária - básico		(18,705)	0,438	(18,705)	0,438
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,705)	0,438	(18,705)	0,438
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		(18,705)	0,438	(18,705)	0,438
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,705)	0,438	(18,705)	0,438

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(613.052)	14.350	(613.052)	14.350
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	-	(9.431)	-
<b>Resultado Abrangente Consolidado do Exercício</b>	<b>(622.483)</b>	<b>14.350</b>	<b>(622.483)</b>	<b>14.350</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor - Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
**DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - INDIVIDUAL**

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	-	(2.119.139)
Lucro Líquido do Exercício	-	14.350	-	14.350
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(613.052)	-	(613.052)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(9.431)	(9.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
**DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - CONSOLIDADA**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	-	(2.119.139)
Lucro Líquido do Exercício	-	14.350	-	14.350
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(613.052)	-	(613.052)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(9.431)	(9.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>CONTROLADORA - BR GAAP</b>		<b>CONSOLIDADO - IFRS</b>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
			REAPRESENTADA	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes	-	-	51.620	40.199
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(715)	(691)	(11.900)	(8.805)
- Salários e Encargos	(1.037)	(625)	(25.450)	(22.260)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(55)	(17)	(1.317)	(1.456)
- Tributos	(83)	(182)	(12.294)	(13.481)
Resultado Financeiro	(35.653)	-	(25.030)	12.410
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(37.543)	(1.515)	(24.371)	6.607
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	1	(21.056)	(15.416)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	37.835	-	37.835	-
- Integralização de Capital em Coligada	(1.680.700)	-	(1.680.700)	-
- Créditos com Controlada e Coligada	(219.300)	(30)	(219.300)	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	1.197	708
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	28.263	37.683
- Outros	-	-	(4.354)	(50)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	(1.862.165)	(29)	(1.858.115)	22.925
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.900.000	180	1.900.000	1.635
- Pagamentos de Serviço da Dívida	(198)	-	(3.320)	(2.279)
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	1.899.802	180	1.896.680	(644)
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94	(1.364)	14.194	28.888
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	6	1.370	70.891	42.003
Saldo final de Caixa e Equivalentes	100	6	85.085	70.891
	94	(1.364)	14.194	28.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1</b>				
Receitas de Vendas de Energia e Serviços		-	-	60.268	61.892
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa		-	-	23	(10)
Outros Resultados		(544.975)	2.385	(544.975)	27.398
		<u>(544.975)</u>	<u>2.385</u>	<u>(484.684)</u>	<u>89.280</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>2</b>				
Serviços de Terceiros		516	479	7.670	6.033
Materiais		-	-	535	527
Outros Custos Operacionais		97	15	20.852	28.507
		<u>613</u>	<u>494</u>	<u>29.057</u>	<u>35.067</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>3</b>	<u>(545.588)</u>	<u>1.891</u>	<u>(513.741)</u>	<u>54.213</u>
<b>QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO</b>	<b>4</b>				
Provisões Operacionais		(40)	162	(40)	162
Depreciação, amortização e exaustão		3	2	3.466	3.475
		<u>(37)</u>	<u>164</u>	<u>3.426</u>	<u>3.637</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)</b>	<b>5</b>	<u>(545.551)</u>	<u>1.727</u>	<u>(517.167)</u>	<u>50.576</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>6</b>				
Receitas Financeiras		1.625	14	17.486	16.907
Resultado da Equivalência Patrimonial		(2.498)	13.422	1.345	4.014
		<u>(873)</u>	<u>13.436</u>	<u>18.831</u>	<u>20.921</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>7</b>	<u>(546.424)</u>	<u>15.163</u>	<u>(498.336)</u>	<u>71.497</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>PESSOAL</b>	<b>8</b>	<u>1.061</u>	<u>578</u>	<u>25.279</u>	<u>22.551</u>
<b>GOVERNO</b>	<b>9</b>	<u>110</u>	<u>211</u>	<u>11.188</u>	<u>16.509</u>
<b>FINANCIADORES</b>	<b>10</b>	<u>65.457</u>	<u>24</u>	<u>78.249</u>	<u>18.087</u>
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11</b>	<u>(613.052)</u>	<u>14.350</u>	<u>(613.052)</u>	<u>14.350</u>
<b>TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)</b>	<b>12</b>	<u>(546.424)</u>	<u>15.163</u>	<u>(498.336)</u>	<u>71.497</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO**  
**SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(em milhares de Reais)

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA CELGPAR

A Companhia Celg de Participações - CELGPAR detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
<u>COLIGADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>49 %</u>

### 1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

As ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verifica-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada.

Com relação ao percentual de alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, e duzentas e sete) ações ordinárias, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a Celgpar.

Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 (cem mil e oitocentas e oitenta três) ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesesseis) investidores.

A Coligada CELG Distribuição S.A. - Celg D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Coligada detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.716.003 consumidores, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 31-b – Outras Informações), conforme previsto na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A ANEEL editou em 9 de setembro de 2014 a Resolução Homologatória nº. 1.789, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Coligada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 24,27% (vinte e quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento), a partir de 12 de setembro de 2014. O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Coligada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

### **1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT**

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos <sup>1</sup>	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

<sup>1</sup> - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica <sup>1</sup>	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

<sup>1</sup> – Ver Nota Explicativa

nº. 31.c - Outras Informações - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 31-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVACÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As Demonstrações Financeiras da Controladora, de sua Controlada e Coligada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.
- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Coligada são as seguintes:

### a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPARG e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98,

464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R2 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa coligada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada Celg D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras consolidadas à razão percentual de 49% (quarenta e nove por cento), incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2014, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua Coligada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício social de 2014.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Coligada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – R1 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às Demonstrações Financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das Demonstrações Financeiras individuais, Demonstrações consolidadas. O IASB admite as Demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas Demonstrações o nome de Demonstrações separadas, tornando-as diferentes das Demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das Demonstrações Individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e coligada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R1 (Ativo Intangível), ITG 01 – R1 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.



O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e coligada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2014 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Coligada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Coligada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 – R1 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 – R1 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 – R1 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

q. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de

sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e coligada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na Coligada Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício.

t. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

u. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, de sua controlada e de sua coligada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua coligada.

### NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB. Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários a vista	66	-	143	1.021
Aplicações financeiras de curto prazo	34	6	84.942	69.870
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>85.085</b>	<b>70.891</b>

### NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias		
- Suprimento	1.850	1.342
- Transmissão de Energia Elétrica	2.642	2.005
Total	4.492	3.347
Outras Rendas		
- Outras Rendas	14	15
Total	14	15
TOTAL CIRCULANTE	4.506	3.362

### Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2014					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO
				31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Concessionárias						
Suprimento	1.841	5	4	1.850	-	1.850
Transmissão de Energia Elétrica	2.376	32	234	2.642	-	2.642
Outras Rendas	14	-	-	14	-	14
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(172)	(172)
TOTAL CONCESSIONÁRIAS	4.231	37	238	4.506	(172)	4.334
TOTAL DO CIRCULANTE	4.231	37	238	4.506	(172)	4.334

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2013					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO
				31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Concessionárias						
Suprimento	1.342	-	-	1.342	-	1.342
Transmissão de Energia Elétrica	1.779	17	209	2.005	-	2.005
Outras Rendas	15	-	-	15	-	15
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(195)	(195)
TOTAL CONCESSIONÁRIAS	3.136	17	209	3.362	(195)	3.167
TOTAL DO CIRCULANTE	3.136	17	209	3.362	(195)	3.167

- Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2013	195
Reversão do exercício	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	172

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS						
IRRF a Compensar	-	-	1.432	-	922	-
PIS diferido	-	-	107	-	-	-
COFINS diferida	-	-	493	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	2.032	-	922	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a) (b)	59.454	-	94.898	-	39.143	25.122
Outros	-	-	6	-	1	-
SUBTOTAL	59.454	-	94.904	-	39.144	25.122
TOTAL GERAL	59.454	-	96.936	-	40.066	25.122

(a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8.

(b) Valor referente ao montante devido pela Eletrobras à Celgpar, decorrente do processo de alienação de 50,93% das ações ordinárias da Celg Distribuição S.A. - Celg D

## NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Cauções e Depósitos	-	20	146	118	20	77
TOTAL	-	20	146	118	20	77

## NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Estoques de Materiais	4.128	4.141
<b>TOTAL</b>	<b>4.128</b>	<b>4.141</b>

## **NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 31-C**

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 – R1 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos após a renovação desta concessão:

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
- Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	31.888	24.978
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>31.888</b>	<b>24.978</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	50.872	47.719
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (d)	140.425	140.428
Ativo Financeiro - Concessões Indenizadas (a)	73.638	73.638
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável (b)	(73.638)	(73.638)
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>191.297</b>	<b>188.147</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>223.185</b>	<b>213.125</b>

(a) Indenização sendo paga pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, conforme Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 5;

(b) Conforme Item 12.1-alínea 54 do Anexo ao Despacho Aneel Nº 155, de 23 de janeiro de 2013;

(c) Refere-se a Bens Reversíveis dos Ativos de Transmissão que se encontram em curso;

(d) Refere-se a Concessões a serem indenizadas, referente a ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE e RPC), das concessionárias de transmissão de energia elétrica que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº. 12.783/2013.

A Resolução Normativa Aneel nº. 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. Os critérios de cálculo, para estes fins, utilizarão o Item 7 do Submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, tendo sido estabelecido que cada concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação que contemplará estes ativos, com vistas a se obter o respectivo VNR, procedimento este efetuado pela Controlada Celg GT, cujos serviços encontram-se em andamento. O cronograma destes serviços informado a Aneel prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013. A Administração entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na Contabilidade da Controlada Celg GT, sendo que possíveis indicativos de *impairment* estão sendo avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao

órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber. Além disto, efetuou-se o teste de *impairment* destes ativos na data base de 31 de dezembro de 2014, comparando-se o valor contábil com o respectivo valor recuperável, fundamentado no valor em uso estimado pelos fluxos de caixa futuros, não tendo sido detectado, por sua vez, indicativos de provisionamento para a redução ao valor recuperável destes ativos.

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	287.072	10.434	(357)	(17)
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	(73.638)	-	-	-
Obrigações especiais	(309)	-	-	-
Total	213.125	10.434	(357)	(17)

## NOTA 9 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Participação na Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D	35.250	-	35.250	-
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	312.829	315.327	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	1	1	14	11
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	58.529	58.391
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	1.858	216
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	3.085	985
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	4.029	172
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	1.987	-
TOTAL	348.080	315.328	104.752	59.775

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

- (d) SPEs referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2  
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA  
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)  
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

- (e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

## 9.1 Investimentos em Controlada e Coligada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Coligada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA			
	COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital Social da Controlada/Coligada	3.475.679	1.794.979	329.725	329.725
Quantidade de Ações	150.711	150.711	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	49%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada/Coligada	71.938	(1.029.792)	312.829	315.327
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.029.792)	(1.030.457)	315.327	301.905
Aumento de Capital na Coligada Celg D	1.680.700	-	-	-
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (b)	(569.539)	665	-	-
Outros Resultados Abrangentes (b)	(9.431)	-	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada Celg GT (b)	-	-	(2.498)	13.422
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada Celg GT e Coligada Celg D	35.250	-	312.829	315.327
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (a)	-	(1.029.792)	-	-

A reapresentação dos investimentos na Coligada e Controlada, referente ao exercício social de 31/12/2013, diz respeito unicamente à retificação do Capital Social e Quantidade de Ações anteriormente apresentado, em sintonia com os respectivos estatutos vigentes ao final deste exercício social.



(a) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo), em 31 de dezembro de 2014, apresentou-se zerado, tendo sido este decréscimo justificado pelo Aumento de Capital efetuado pela Celgpar nesta Subsidiária, objeto das tratativas de transferência de até 51% das ações desta à Eletrobras, conforme item 2.1.2 da Cláusula Segunda, da Promessa de Compra e Venda de Ações assinada em 26 de agosto de 2014.

(b) A Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT apresentaram prejuízo líquido no final do exercício social de 2014, totalizando R\$ 569.539 mil e R\$ 2.498 mil, respectivamente.

### 9.1.a - Investimentos em Coligada com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) em exercício anterior:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D	-	1.029.792	-	1.029.792
TOTAL	-	1.029.792	-	1.029.792

### 9.2 Investimento na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Coligada Celg D do montante consolidado na posição de 31 de dezembro de 2014, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que afetaram o valor patrimonial do investimento efetuado nessa Coligada no exercício, sendo que estes não estão refletidos rubrica a rubrica nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar.

#### 9.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

#### 9.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como a Resolução Homologatória Aneel nº. 1.613, de 5 de setembro de 2013.

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Coligada Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Coligada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Coligada, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Coligada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Coligada Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

### **9.2.c – Outros Créditos – Estado de Goiás (Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – CELG D – FUNAC)**

Por meio da Lei nº. 17.555, de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – Celg D – FUNAC, regulamentado pelo Decreto nº. 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos Termos de Acordos de Acionistas e de Gestão firmados com a Eletrobras, bem como no Temo de Cooperação do respectivo fundo.

### **9.2.d – Créditos Fiscais**

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 152.667 mil.

### **9.2.e – Contratos com Fornecedores**

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da Coligada Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O referido Termo foi aditivado em setembro de 2014, com cronograma de amortização da dívida em 48 parcelas mensais, vencíveis a partir de 30 de setembro de 2015;
- (b) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Coligada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;

### **9.2.f – Encargos Setoriais**

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR e CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Estes parcelamentos foram quitados pela Coligada Celg D por meio dos recursos ingressados via Aumento de Capital pela Celgpar, em 17 de setembro de 2014;
- (b) QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC: Refere-se às quotas mensais e especificamente ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi aditivado em 19 de dezembro de 2013. Este parcelamento foi quitado pela Coligada Celg D por meio dos recursos ingressados via Aumento de Capital pela Celgpar, em 17 de setembro de 2014;

- (c) PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS – PROINFA: Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso de redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos. O Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, assinado em 29 de junho de 2012, parcelou o montante em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo o saldo devedor atualizado mensalmente com base na variação da taxa SELIC pro rata die. O valor da parcela de amortização é calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo este termo aditivado prorrogando o prazo de início da amortização para 30 de setembro de 2015.

### **9.2.g – Energia comprada para Revenda**

A Energia comprada para Revenda pela Coligada Celg D sofreu a interferência das seguintes variáveis, ocorrendo o respectivo incremento do montante adquirido:

- Exposição involuntária que forçou a compra no MCP (Mercado de Curto Prazo), com respectiva elevação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- Aumento de pagamento a título de parcela variável de grande parte dos contratos por disponibilidade vigentes;
- Desvalorização do Real que impactou na despesa com a Itaipu Binacional.

### **9.2.h – Debêntures**

Em 3 de abril de 2014 a Coligada Celg D efetuou a primeira emissão de Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para a distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com vencimento em 3 de abril de 2019, e remuneradas pela variação da taxa de 100% do CDI, acrescida de 7,44% a.a. com base em um ano de 252 dias úteis.

## **NOTA 10 – IMOBILIZADO**

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2014				31/12/2013
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(15)	11	14
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		<b>(15)</b>	<b>11</b>	<b>14</b>

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2014				31/12/2013
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	19.097	2,00%	(11.947)	7.150	7.838
Terrenos	273	0,00%	-	273	273
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	29.900	2,00%	(20.765)	9.135	10.935
Máquinas e Equipamentos	23.228	10,00%	(14.556)	8.672	9.641
Móveis e Utensílios	101	10,00%	(66)	35	44
Subtotal	72.599		(47.334)	25.265	28.731
Em curso:					
Geração	3.372		-	3.372	2.998
Administração Central	4.284		-	4.284	908
Obrigações Especiais	(4)		-	(4)	(4)
Subtotal	7.652		-	7.652	3.902
<b>TOTAL</b>	<b>80.251</b>		<b>(47.334)</b>	<b>32.917</b>	<b>32.633</b>

### Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO				
	Saldos em 31/12/2013	Depreciação	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 31/12/2014
Imobilizado em Serviço	26	-	26	28.743	-	-	-	28.743
(-) Depreciação	(12)	(3)	(15)	(12)	-	-	(3.466)	(3.478)
Obrigações Especiais	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Total em Serviço	14	(3)	11	28.727	-	-	(3.466)	25.261
Imobilizado em Curso	-	-	-	3.906	3.733	17	-	7.656
Total do Imobilizado	14	(3)	11	32.633	3.733	17	(3.466)	32.917

(1) As transferências caracterizam-se, na Controlada Celg GT, como mutações do estoque operacional, suportando, portanto, o saldo positivo desta mutação no exercício.

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

## NOTA 11 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2014 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
- Ativo Intangível	756	720
<b>TOTAL</b>	<b>756</b>	<b>720</b>

### Movimentação:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2013	Adições	CONSOLIDADO		Saldos em 31/12/2014
			Baixas	Amortização	
Intangível em Serviço	1	-	-	(1)	-
Intangível em Curso	719	39	(2)	-	756
<b>Total do Intangível</b>	<b>720</b>	<b>39</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>756</b>

## NOTA 12 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.421.946	1.384.111	1.421.946	1.384.111
<b>TOTAL</b>	<b>1.421.946</b>	<b>1.384.111</b>	<b>1.421.946</b>	<b>1.384.111</b>

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Coligada CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobrás e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Coligada Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Coligada em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 37.835 mil.

## NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO EM MOEDA NACIONAL	CONTROLADORA					
	31/12/2014			31/12/2013		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
SICOOB - JURISCREDCELG (d)	-	-	-	1	180	-
Caixa Econômica Federal - CAIXA (e)	31.860	-	1.900.000	-	-	-
Total em Moeda Nacional	31.860	-	1.900.000	1	180	-

  

DESCRIÇÃO EM MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO					
	31/12/2014			31/12/2013		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletrobras (b)	-	2.329	6.211	-	2.329	8.540
SICOOB - JURISCREDCELG (d)	-	-	-	1	180	-
Caixa Econômica Federal - CAIXA (e)	31.860	-	1.900.000	-	-	-
CDSA (c)	-	135	-	-	231	106
Eletra (a)	-	860	4.652	-	763	5.184
Total em Moeda Nacional	31.860	3.324	1.910.863	1	3.503	13.830

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT;
- d. SICOOB – JURISCREDCELG – refere-se a empréstimo efetuado pela Celgpar nas seguintes condições: Pagamento efetuado em 12 de setembro de 2014, incidindo encargos mensais de 0,22% ao mês, indexados pela SELIC, no período de carência;
- e. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Coligada Celg D (Ver NE 9.1), no firmamento de contrato de mútuo com a Coligada Celg D (Ver NE 29) e em outras aplicações na Coligada Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 29);
- f. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
  - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
  - Aplicações Financeiras;
  - Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa mencionado no item 13.e;

- Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa mencionado no item 13.e, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONTROLADORA - 31/12/2014			CONTROLADORA - 31/12/2013		
INDEXADOR	CAIXA	Total	INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Total
SELIC	-	-	SELIC	181	181
SEM INDEXADOR	1.931.860	1.931.860	SEM INDEXADOR	-	-
Total	1.931.860	1.931.860	Total	181	181

CONSOLIDADO - 31/12/2014						CONSOLIDADO - 31/12/2013					
INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Eletrobras	Eletra	Total	
SELIC	-	-	-	-	-	SELIC	181	-	-	181	
IPCA	135	-	-	-	135	IPCA	337	-	-	337	
SEM INDEXADOR	-	1.931.860	8.540	-	1.940.400	SEM INDEXADOR	-	10.869	-	10.869	
Total	135	1.931.860	8.540	5.512	1.946.047	Total	518	10.869	5.947	17.334	

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONTROLADORA - 31/12/2014			CONSOLIDADO - 31/12/2014				
Ano	Empréstimos bancários	Total	Ano	Empréstimos bancários	Eletra	Eletrobras/Outras Instituições	Total
2015	-	-	2015	-	717	1.848	2.565
2016	-	-	2016	-	769	1.713	2.482
2017	64.395	64.395	2017	64.395	824	1.713	66.932
2018	193.186	193.186	2018	193.186	881	937	195.004
2019	193.186	193.186	2019	193.186	943	-	194.129
2020	193.186	193.186	2020	193.186	518	-	193.704
2021	193.186	193.186	2021	193.186	-	-	193.186
2022	193.186	193.186	2022	193.186	-	-	193.186
2023	193.186	193.186	2023	193.186	-	-	193.186
2024	193.186	193.186	2024	193.186	-	-	193.186
2025	193.186	193.186	2025	193.186	-	-	193.186
2026	193.186	193.186	2026	193.186	-	-	193.186
2027	128.791	128.791	2027	128.791	-	-	128.791
Total	1.931.860	1.931.860	Total	1.931.860	4.652	6.211	1.942.723

## NOTA 14 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica	-	-	201	1.123
Imobilizações em Curso	-	-	201	1.123
TOTAL	1	20	145	342
Materiais e Serviços	1	20	346	1.465
TOTAL	1	20	346	1.465

## NOTA 15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS	-	-	1	-	80	-
INSS	20	8	337	-	288	-
PIS - CORRENTE	-	-	59	-	40	-
PIS - DIFERIDO	-	-	21	-	-	-
COFINS - CORRENTE	-	-	272	-	185	-
COFINS - DIFERIDO	-	-	96	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	4	19	936	-	580	-
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-	-	2.157	-	2.353	1.569
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	9	410	-	219	-
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-	-	776	-	847	565
IRRF	-	3	13	-	19	-
ISS	-	-	28	-	46	-
FGTS	1	-	144	-	133	-
OUTROS	-	-	36	-	46	-
TOTAL	25	39	5.286	-	4.836	2.134

## NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
	2014	2013
Folha de Pagamento	1.846	1.642
TOTAL CIRCULANTE	1.846	1.642

Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

## NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	11	16
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	23	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	54	51
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	254	160
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.582	1.322
TOTAL	1.924	1.549

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.



## NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO		CONTROLADORA								
		31/12/2014					31/12/2013			
		VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
		No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Baixa		Provisão	Acumulada			
NÃO CIRCULANTE										
Outros valores contingenciados		193	B.2	-	-	-	172	162	193	20
TOTAL - NAO CIRCULANTE		193		-	-	-	172	162	193	20

DESCRIÇÃO		CONSOLIDADO								
		31/12/2014					31/12/2013			
		VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
		No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Baixa		Provisão	Acumulada			
NÃO CIRCULANTE										
Trabalhistas		-	B.1	1.373	1.785	118	264	287	412	77
Total Trabalhistas		-		1.373	1.785	118	264	287	412	77
Cíveis										
Outros valores contingenciados		193	B.2	-	-	-	172	162	193	20
Total Cíveis		193		-	-	-	172	162	193	20
Total Trabalhistas + Cíveis		193		1.373	1.785	118	436	449	605	97
TOTAL - NAO CIRCULANTE		193		1.373	1.785	118	436	449	605	97

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

### a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 1.785 mil.

### b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

### c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

## NOTA 19 – OUTROS CREDORES E FOLHA DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Caixa Econômica Federal (a)	1.720	1.720	1.720	3.440	1.720	1.720	1.720	3.440
Folha de Pagamento - Inclui Plano de Demissão Voluntária (PDV)	-	-	-	-	1.939	455	1.666	521
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	-	-	6.981	-	92	-
Outros	-	-	-	-	145	-	135	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.720</b>	<b>1.720</b>	<b>1.720</b>	<b>3.440</b>	<b>10.785</b>	<b>2.175</b>	<b>3.613</b>	<b>3.961</b>

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e coligada.

## NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2014	NO EXERCÍCIO	31/12/2013
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(3.078.553)	-	(3.078.553)
(-) Resultado do Exercício	(613.052)	(613.052)	-
(-) Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	(9.431)	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(2.727.272)</b>	<b>(622.483)</b>	<b>(2.104.789)</b>

(a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Coligada Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Coligada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

(c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 1.421.946 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT e Coligada Celg D.

(d) Os outros resultados abrangentes se referem ao reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Coligada Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma.

**NOTA 21 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento (21.1)	13.123	12.893
Receita de Construção (21.2) (21.3)	13.404	23.894
Outras Receitas (21.3)	33.741	25.105
(-) Deduções da Receita (21.4)	(8.185)	(6.743)
<b>TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>52.083</b>	<b>55.149</b>

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO			
	MWH		R\$mil	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento	27.399	66.393	13.123	12.893
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27.399</b>	<b>66.393</b>	<b>13.123</b>	<b>12.893</b>

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 – R1 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 13.404 mil e R\$ 23.894 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2014	31/12/2013
Arrendamentos e Alugueis	860	162
Serviços de Operação e Manutenção (a)	32.881	24.943
Serviços de Construção (b)	13.404	23.894
<b>TOTAL</b>	<b>47.145</b>	<b>48.999</b>

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Refere-se à receita de construção das obras de transmissão de energia elétrica.

### 21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ÁGIO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - 51% DAS AÇÕES DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	22.844	-	22.844	-
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGPAR - CAIXA	1.720	1.720	1.720	1.720
REVERSÃO PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	665	-	665
GANHO LÍQUIDO NA INDENIZAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS DA TRANSMISSÃO	-	-	-	25.013
<b>TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>24.564</b>	<b>2.385</b>	<b>24.564</b>	<b>27.398</b>

### 21.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
PIS	773	627
COFINS	3.562	2.888
Quota para reserva global de reversão	273	137
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	285	218
Conta de desenvolvimento energético	1.201	915
Outros encargos - PROINFA	2.091	1.958
<b>TOTAL</b>	<b>8.185</b>	<b>6.743</b>

## NOTA 22 – CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal e Administradores	1.061	578	1.061	578
Serviços de Terceiros	516	479	516	479
Depreciação/Amortização	3	2	3	2
Provisão/Reversão para Contingências	(40)	162	(40)	162
Tributos	81	68	81	68
Recuperação de Custos/Despesas	-	(5)	-	(5)
Outras	97	20	97	20
TOTAL	1.718	1.304	1.718	1.304

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.212	3.280	-	-	4.212	3.280
Pessoal e Administradores	12.345	11.974	12.332	9.999	24.677	21.973
Entidade de Previdência Privada	284	280	318	298	602	578
Material	380	437	155	90	535	527
Serviços de Terceiros	4.923	4.367	2.747	1.666	7.670	6.033
Depreciação/Amortização	3.444	3.453	22	22	3.466	3.475
Amortização - Ativo Financeiro	-	1	-	-	-	1
Amortização - Ativo Intangível	-	2	-	-	-	2
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	(23)	10	-	-	(23)	10
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	(40)	(102)	(40)	(102)
Taxa Fiscalização	162	231	-	-	162	231
Tributos	111	21	239	172	350	193
Recuperação de Custos/Despesas	(91)	(35)	(115)	(102)	(206)	(137)
Custos de Construção	13.404	23.894	-	-	13.404	23.894
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	296	178	-	-	296	178
Outras	1.159	553	1.853	846	3.012	1.399
TOTAL	40.606	48.646	17.511	12.889	58.117	61.535

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	569.539	-	569.539	-
<b>TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>569.539</b>	<b>-</b>	<b>569.539</b>	<b>-</b>

## NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Coligada, em 31 de dezembro de 2014, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto por atividade:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo que está sendo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados (Ver Nota Explicativa 8), a Administração da Controladora optou por avançar com estas definições ao longo do exercício de 2015, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo;
- 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento.

## NOTA 24 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

## NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Coligada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$32 mil e R\$3 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$32 mil e R\$3 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Coligada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	324	180	160	664
Salário ou pró-labore	324	180	160	664
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	324	180	160	664

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	3	3	32
Valor da menor remuneração individual	3	3	32
Valor médio da remuneração individual	3	3	32

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

## NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2013 - 31/12/2013
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	3.802	6.754
Rendas	1.625	14	13.642	10.144
Outras	-	-	42	9
Total das Receitas	1.625	14	17.486	16.907
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(3.659)	(4.654)
Encargos de Dívidas	(31.895)	(23)	(40.526)	(11.283)
Outras - inclui IOF	(33.562)	(1)	(34.064)	(2.150)
Total das Despesas	(65.457)	(24)	(78.249)	(18.087)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(63.832)	(10)	(60.763)	(1.180)

## NOTA 27 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(613.052)	14.350
Total	(613.052)	14.350
Média Ponderada das Ações Ordinárias		
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(18,705)	0,438

## NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R1 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, sua Controlada e Coligada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

### a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

#### a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Coligada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

*a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Coligada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

*a.3 Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

*a.4 Risco de crédito:*

O risco de crédito surge da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Coligada analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

*a.5 Risco quanto à escassez de energia:*

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Coligada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, já refletido no incremento do montante de energia comprada no exercício de 2014 pela Coligada (Ver Nota 9.2.i) ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

*a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:*

Em 29 de junho de 2006, através de Medida Provisória nº. 303, o Governo Federal anunciou um novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III ou Parcelamento Excepcional – PAEX. A Subsidiária possui valores inseridos no PAEX, e a eventual exclusão desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Coligada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.



## NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	-	2.821	5.423
TOTAL:	-	-	2.821	5.423
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (4)	109.537	-	109.537	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (5)	112.818	-	-	-
TOTAL:	222.355	-	109.537	-
Passivo Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (2)	-	661	21	47.525
TOTAL:	-	661	21	47.525
Passivo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (3)	-	-	-	61.555
TOTAL:	-	-	-	61.555

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT;

(4) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(5) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa.

## NOTA 30 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

### a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

### b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

#### b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	73,50
Tempo Médio de Empresa	19,25
Salário de Participação Médio	R\$ 3.196,68

d) Custo do Patrocinador

No exercício de 2014, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 20 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), não se apurou Déficit Atuarial no Plano BD para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Após a respectiva análise dos benefícios de risco oferecidos pelo plano para os participantes ativos, que são os que geram passivos pós-emprego para as empresas patrocinadoras do plano com seus colaboradores em atividade, identificou-se que não há atualmente passivo pós-emprego com o participante, devido a sua idade avançada e situação de elegibilidade.

## NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras. Foram efetuadas, conforme previsto nos Acordos, duas avaliações distintas da Celg D que culminaram em acentuadas divergências de preço, motivadas especificamente pela possibilidade de prorrogação da concessão da Celg D por mais 30 anos.

Estas divergências foram tratadas no âmbito do delineamento de novas premissas de avaliação e apreciadas pelas partes, resultando no firmamento de Termo de Entendimento em 29 de janeiro de 2014, com divulgação de Comunicado ao Mercado em 30 de janeiro de 2014, cujo objetivo foi confirmar o interesse da Eletrobras na aquisição de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, em condições estabelecidas para a continuidade do negócio. Este Termo desencadeou novos trabalhos de avaliação pelas partes, que foram finalizados a partir do levantamento das informações e certificação dos documentos de suporte dos registros contábeis.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes, tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015.

#### **b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica**

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória n.º. 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi convertida na Lei n.º. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto n.º. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei n.º. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei n.º. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei n.º. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições a serem pré-estabelecidas pelo poder concedente, condições estas que, pelo contrato de concessão, deveriam ser obrigatoriamente apresentadas à Concessionária até o dia 7 de janeiro de 2014. A Aneel, por intermédio do Ofício Circular n.º. 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informou, dentro de sua competência regulatória, estar realizando a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou rejeição dos pedidos efetuados pelas Concessionárias.

A expectativa da Administração da Coligada Celg D, Controlada pela Eletrobras, é a de que o pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de até 30 anos. Além disto, a

Administração da Coligada Celg D entende que, caso não haja tempo hábil até o final do prazo do contrato de concessão para que o Poder Concedente realize uma ampla discussão, tanto com a Coligada, quanto com os demais agentes que detêm concessões vincendas em julho de 2015, e aprove o pedido de prorrogação da concessão, poderá ocorrer uma prorrogação de caráter provisório do contrato de concessão por um prazo estimado de dois anos.

### c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa nº. 1.3.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses dos acionistas, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

#### d. Medida Provisória Nº. 627, de 11 de novembro de 2013

Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória – MP nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que “Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior”.

A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

A referida MP deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. Em uma avaliação preliminar, após a publicação da MP, a Administração da Celgpar entendeu que não haveria impactos relevantes na organização, tendo aguardado a sua conversão em Lei para

efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não a adotando no ano-calendário 2014. Observa-se que a referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº. 12.973, de 13 de maio de 2014, e a análise dos respectivos impactos efetivamente ocorreu no encerramento do exercício social de 2014, e consignados em Nota Técnica produzida pela área contábil da Companhia. Nesta avaliação não foram identificados impactos expressivos para a Companhia, sendo que os principais elementos avaliados foram os seguintes, vinculados aos respectivos artigos do texto legal:

<b>ELEMENTOS ANALISADOS SOB A ÓTICA DOS REFLEXOS DA LEI 12.973/2014</b>	<b>REFERENCIA AOS ARTIGOS DA LEI 12.973/2014</b>
Ajuste a Valor Justo	Arts. 13, 14 e 15 da Lei 12.973/2014
Ajuste a Valor Presente	Arts. 4º e 5º da Lei 12.973/2014
Aquisição de Participação Societária em Estágios	Art. 37 da Lei 12.973/2014 CPC 01
Aquisição de Participação Societária em Estágios-Incorporação, Fusão ou Cisão	Art. 38 da Lei 12.973/2014 CPC 01
Arrendamento Mercantil	Arts. 46, 47, 48 e 49 da Lei 12.973/2014
Ativo Intangível	Arts. 41 e 42 da Lei 12.973/2014
Avaliação do Investimento pelo Patrimônio Líquido - Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Art. 2º que alterou o art. 20 do Decreto-Lei 1.598/1977
Composição do Ativo Indenizável de Transmissão idêntico ao Ativo Financeiro - efeito nulo no resultado	-
Contratos de Concessão	Arts. 35 e 36 da Lei 12.973/2014
Contratos de Longo Prazo	Art. 29 da Lei 12.973/2014
Custo de Empréstimo na Aquisição de Ativos Qualificáveis	Art. 2º que alterou o art. 17 do Decreto-Lei 1.598/1977
Despesas com Emissão de Ações	Art. 2º que alterou o art. 38-A do Decreto-Lei 1.598/1977
Distribuição de Lucros e Dividendos	Art. 9º que alterou o art. 10 da Lei 9.249/1995
Doações e Subvenções para Investimentos	Art. 30 da Lei 12.973/2014
Ganhos ou Perdas de Capital	Art. 2º que alterou o art. 31 do Decreto-Lei 1.598/1977
Imobilizado e Depreciação	Art. 40 que alterou o art. 57 da Lei 4.506/1964
Juros sobre o Capital Próprio	Art. 9º que alterou o art. 9 da Lei 9.249/1995
Lucro da Exploração	Art. 2º que alterou o art. 19 do Decreto-Lei 1.598/1977
Pagamento Baseado em Ações	Arts. 33 e 34 da Lei 12.973/2014
Prejuízos Não Operacionais	Art. 43 da Lei 12.973/2014
Prêmios na Emissão de Debêntures	Art. 31 da Lei 12.973/2014
Reconhecimento das Receitas X Custos de Construção - efeito nulo no resultado	-
Teste de Recuperabilidade de Ativos - Impairment	Art. 32 da Lei 12.973/2014 CPC 01

e. Conciliação entre o Lucro/Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	(613.052)	14.350	(613.052)	14.350
<b>MAIS</b>	572.040	2	602.158	44.442
Depreciação	3	2	3.466	3.476
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	1
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	569.539	-	569.539	-
Perda de Equivalência Patrimonial	2.498	-	1.916	42
Custo da Construção	-	-	13.404	23.894
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	10
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	-	-	12.169	16.907
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	1.664	112
<b>MENOS</b>	(193)	(14.097)	(24.203)	(65.273)
Ganho de Equivalência Patrimonial	-	(13.422)	(3.261)	(4.014)
Receita da Construção	-	-	(13.404)	(23.894)
Reversão da Provisão para Contingências	(193)	(10)	(193)	(10)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	-	-	(7.322)	(11.588)
Ganho na Indenização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	(25.102)
Reversão da Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	(665)	-	(665)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(23)	-
<b>AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO</b>	3.662	(1.770)	10.726	13.088
Contas a receber	-	-	(1.366)	1.630
Créditos fiscais	-	-	(1.109)	661
Outros devedores	20	(2)	1.474	(1.414)
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	37.745	-	37.221	287
Estoques	-	-	11	(7)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(1)	(38)
Fornecedores	(19)	18	(196)	51
Folha de pagamento	-	-	90	907
Tributos e contribuições sociais	(14)	(63)	941	8.094
Obrigações estimadas	-	-	(90)	(703)
Taxas regulamentares	-	-	376	(663)
Variações Passivas - Transação com partes relacionadas	(661)	-	(632)	231
Outros credores	(1.720)	(1.720)	5.165	(1.485)
Receitas financeiras recebidas	-	-	4.871	9.842
Despesas financeiras pagas	(35.653)	-	(36.549)	(1.306)
Tributos sobre o lucro	-	(3)	(3.444)	(2.999)
Outras variações ativas e passivas	3.964	-	3.964	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(37.543)</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(24.371)</b>	<b>6.607</b>

f. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2014, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as Demonstrações Financeiras apreciadas em Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal da Celgpar, realizadas em 27 de março de 2015.

g. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 1.421.946 mil (Ver NE 12);
- b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13);
- d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, José Sóter Arantes Faria, Ademir Ismerim Medina, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrao Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91



